Bolsas
Na sexta-feira
0,48% São Paulo
1,23% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
133.989 — 132.437
29/7 30/7 31/7 01/08

Dólar
Na sexta-feira
R$ 5,545
(- 0,99%)

Últimos	
28/julho	5,589
29/julho	5,569
30/julho	5,589
31/julho	5,600

Salário mínimo
R$ 1.518

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 6,416

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,91%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2025	1,31
Março/2025	0,56
Abril/2025	0,43
Maio/2025	0,26
junho/2025	0,24

GUERRA COMERCIAL

Trump e Lula mostram abertura para o diálogo

Sem seguir os trâmites diplomáticos, os dois presidentes mandaram recados pela imprensa e pelas redes sociais

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RAFAELA GONÇALVES
» WAL LIMA

Os presidentes dos Estado Unidos, Donald Trump e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, acenaram para a possibilidade de diálogo sobre o mal-estar provocado pelo tarifaço aplicado pelos norte-americanos aos produtos brasileiros. Primeiro, o líder da Casa Branca disse, em conversa com jornalistas, que o brasileiro pode ligar "quando quiser". O chefe do Planalto respondeu pelas redes sociais.

"Sempre estivemos abertos ao diálogo. Quem define os rumos do Brasil são os brasileiros e suas instituições. Neste momento, estamos trabalhando para proteger a nossa economia, as empresas e nossos trabalhadores, e dar as respostas às medidas tarifárias do governo norte-americano", escreveu Lula, em publicação no X.

A mensagem foi publicada horas após Trump mostrar-se disponível para receber uma ligação de Lula. A declaração, dada à repórter da TV Globo, ocorreu em frente à Casa Branca. Perguntado se estaria disposto a falar com Lula, o presidente norte-americano respondeu: "Ele pode falar comigo quando quiser." Questionado sobre a tarifa, o líder da Casa Branca afirmou que a taxação ocorreu porque "as pessoas que estão comandando o Brasil fizeram a coisa errada".

Interlocutores do Planalto entenderam que Trump deixou uma porta aberta e que era preciso ver se essa porta continuaria aberta. Segundo uma dessas fontes, o pronunciamento de Lula no X teve o objetivo de demonstrar "altivez" do governo brasileiro em relação ao presidente norte-americano. "Esse texto no X mostra que o governo manterá sua postura institucional", disse um interlocutor da Presidência, ressaltando que conversas entre nações devem seguir os protocolos diplomáticos, não em resposta a uma declaração de Trump dada à imprensa.

Essa posição foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele comentou que o aceno de Donald Trump de que o presidente Lula pode ligar quando quiser é "ótimo", mas que conversas entre presindentes precisam de uma preparação. "A recíproca, eu tenho certeza que é verdadeira, também. O presidente Lula estaria disposto a receber um telefonema dele quando ele quisesse também. E, conforme eu já disse anteriormente, é muito importante a gente preparar esse encontro, preparar essa conversa", declarou Haddad.

Negociações

O ministro informou que deve se reunir, na próxima semana, com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent. Segundo ele, as equipes dos dois países já iniciaram os contatos para alinhar os termos do encontro. "Finalmente, nós vamos ter uma reunião mais longa e mais focada na decisão, até aqui unilateral dos Estado Unidos, em relação ao Brasil", disse a jornalistas.

Para Haddad, a conversa com Bessent pode ajudar a preparar o diálogo entre Lula e Trump. Entre os temas que poderão ser discutidos na reunião, ele destacou a possibilidade de tratar da aplicação da Lei Magnitsky ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. "Entre outras atribuições, está sob a alçada do secretário do Tesouro a lei que regula questões relacionadas a contas correntes de autoridades. Por isso, vale a pena termos uma conversa prévia com Bessent, para esclarecermos, sobretudo, como funciona o sistema judiciário brasileiro", explicou.

As tarifas de 50% sobre produtos brasileiros devem entrar em vigor na próxima quarta-feira. Ao ser questionado se a medida poderia levar o Brasil a suspender negociações com os Estados Unidos, o ministro afirmou que "não há essa vinculação". "O fato de a medida passar a vigorar, não vai fazer com que o Brasil saia da mesa de negociação", destacou.

Mais cedo, ao chegar ao minstério, mesmo usando o tom conciliador, Haddad reafirmou que o Brasil seguirá buscando cooperação com os EUA, mesmo diante da escalada protecionista do governo republicano. "Ainda que tenha havido uma troca de comando lá (EUA), o nosso objetivo enquanto Estado nacional continua o mesmo: mais parceria com os Estados Unidos", afirmou. "Não vamos mudar porque há um presidente menos alinhado com a social democracia brasileira. Ele tem direito de defender a economia deles e nós, a nossa. Mas há muito espaço para parceria — e é sobre isso que temos que jogar luz."

AFP

Respostas de Trump à imprensa sobre Lula, nos jardins da Casa Branca, foram seguidas de postagem do presidente brasileiro

Fiesp revisa projeção de queda do PIB

» RAPHAEL PATI

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) revisou ontem a projeção de impacto para a atividade econômica do Brasil nos próximos dois anos com a adoção da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros pelos Estados Unidos. A mudança na previsão da Fiesp ocorreu dois dias após o país norte-americano amenizar o tarifaço, com uma lista de exceção que contém 694 itens comercializados entre as duas nações.

De acordo com o Departamento de Economia (Depecon) da entidade que representa o setor industrial do estado, as tarifas de importação devem causar uma perda de 0,2 ponto percentual (p.p.) no Produto Interno Bruto (PIB) de 2025 e de 0,38 p.p. no ano que vem. Antes da divulgação das exceções, a Fiesp calculava um impacto de 0,35 p.p. para este ano e de 0,6 p.p. para 2026.

Na avaliação dos economistas da entidade, a imposição da tarifa de 50%, que começa a ser aplicada a partir do próximo dia 6 de agosto, ainda causa riscos significativos para a atividade no país. "Contudo, o potencial impacto econômico negativo do tarifaço foi mitigado após a divulgação da lista de exceções à tarifa adicional de 40% pelo governo americano nesta semana. Cerca de 700 itens estão incluídos nesta lista", destacam.

A mediana das projeções do mercado financeiro, levantada pela última edição do Boletim Focus, divulgada no início desta semana, aponta para um crescimento de 2,23% do PIB brasileiro neste ano, ao passo que a estimativa para 2026 é de avanço de 1,89%. Apesar das estimativas, especialistas em macroeconomia consultados pelo **Correio** acreditam que ainda é cedo para apontar para um efeito mais perverso do tarifaço na economia brasileira.

Na avaliação do professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), o problema maior deve ficar para o ano que vem, quando os efeitos da redução do número de exportações para os Estados Unidos deve ser mais forte, a depender da manutenção das tarifas no patamar previsto.

"Ainda é prematuro avaliarmos quantitativamente, mas muitas consultorias fazem exercícios como previsão. Entretanto, acho que o cenário para este ano vai mudar pouco, porque as encomendas e contratos são feitos majoritariamente no primeiro semestre, e houve alguma antecipação e estoques por parte dos importadores", considera.

Para o professor de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Benito Salomão, ainda é prematuro falar em um PIB menor do que 2% em 2025, com base no cenário atual. O especialista ressalta que podem ainda ocorrer novos planos de contingência para socorrer os setores mais impactados, como vem sendo adiantado pelo próprio governo.

"Ainda existe uma expectativa de que essas tarifas sejam revistas para mais setores, como café, pescados, entre outros. Então, acho que ainda é muito cedo para a gente falar em desaceleração. Os dados do mercado de trabalho (Pnad) divulgados ontem (anteontem), mostram um mercado de trabalho ainda muito aquecido, com desemprego em baixa, na mínima histórica", destaca.

Já o professor de Economia do Ibmec-DF William Baghdassarian, acredita que deve haver uma desaceleração da atividade econômica independente do efeito das tarifas. O analista ressalta que as incertezas macroeconômicas, alinhadas à redução de exportação e taxa de juros mais restritiva, podem gerar uma espécie de "tempestade perfeita" para o país. "A gente pode estar entrando em uma tempestade perfeita com consequências muito complicadas e é importante que o governo tenha serenidade, responsabilidade e discrição na negociação desses acordos", frisa.

CNI/Divulgação

A produção industrial ficou praticamente estagnada em junho

INDÚSTRIA

Produção tem leve alta, mas segue fraca

» FERNANDA STRICKLAND

A produção industrial brasileira registrou leve alta de 0,1% em junho de 2025, na comparação com maio, interrompendo dois meses consecutivos de queda. Apesar do desempenho positivo, o setor ainda não recuperou o recuo acumulado de 1,2% em abril e maio, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, a indústria está 2,0% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas permanece 15,1% abaixo do pico histórico de maio de 2011. Já em relação a junho de 2024, houve retração de 1,3%. Entre as 25 atividades pesquisadas, 17 tiveram crescimento em junho. O maior impacto veio de veículos automotores, reboques e carrocerias, que avançaram 2,4% após queda de 4,0% em maio. A indústria automobilística foi impulsionada sobretudo pela maior produção de automóveis.

Segundo o gerente da pesquisa, André Macedo, o avanço reflete a retomada de dinamismo em mais segmentos industriais. "A interrupção do comportamento negativo em junho foi marcada pelo aumento no espalhamento de setores em crescimento, o mais disseminado desde junho de 2024, quando 22 atividades registraram taxas positivas", explicou.

Por outro lado, oito atividades registraram queda. Os principais destaques negativos foram: Indústrias extrativas: -1,9%, com recuo puxado pela menor produção de minério de ferro, após quatro meses de alta que acumularam expansão de 9,3%; Produtos alimentícios: -1,9%, quarto mês seguido de queda (-3,6% no período), impactado pela menor produção de açúcar, carnes e derivados da soja; Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis: -2,3%, acumulando perda de 9,1% em três meses, devido à menor produção de álcool e derivados do petróleo.